

**ATA DA 5ª REUNIÃO
EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO
ESTADUAL DE VALIDAÇÃO E
ACOMPANHAMENTO DO SISA,
REALIZADA EM 04 DE SETEMBRO
DE 2015.**

Em quatro de setembro do ano de 2015, das quatorze horas e trinta minutos às dezoito horas, na sala de reuniões do Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais, localizado na Avenida Nações Unidas, nº 233, Bosque, Rio Branco/AC, realizou-se a 5ª Reunião Extraordinária da Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento (Ceva) do Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais do Acre (SISA). A reunião foi conduzida pela Coordenadora da Ceva, Sra. Joci Aguiar, e tratou da seguinte pauta:

1. Investimentos do Programa REM 2015
2. Revisão Internacional das Salvaguardas do SISA
3. Plano de Ação para as Salvaguardas
4. Informes

Joci Aguiar (GTA) iniciou a reunião dando as boas-vindas a todos, agradeceu a presença do Diretor Executivo de Florestas da Sema, Marky Brito, e procedeu a alguns informes: (1) sobre o andamento dos processos internos da Ceva, anunciou que o IMC na função de Secretária Executiva faria a contratação de uma pessoa para apoiar especificamente no trabalho de elaboração e divulgação das atas e outros materiais; (2) falou da realização dos Seminários de gênero com recursos da Norad, para dar sequência às atividades que haviam sido discutidas durante a oficina de junho passado. Informou que foram programados quatro seminários regionais, porém estavam ocorrendo atrasos devido à burocracia para tratar de doação internacional junto ao banco. Disse que uma consultoria estava sendo contratada para atuar nos seminários. Prosseguiu com a apresentação da pauta e passou a palavra ao Marky Brito que, em atendimento à solicitação da Ceva, iria falar dos investimentos do Programa REM para 2015.

1. Investimentos do Programa REM 2015

Marky Brito (Sema) iniciou a apresentação falando das instituições do SISA e o papel da Sema. Informou que a Diretoria Executiva de Florestas havia se transferido da Sedens para a estrutura da Sema, e juntamente com essa Diretoria foram o Fundo Estadual de Florestas (FEF) e o Conselho Florestal Estadual (CFE). Em relação à gestão do SISA teria o IMC, a Ceva, o Comitê Científico e o Comitê Executivo; os subprogramas e gestão de ativos ficariam a cargo da Sema, junto com a CDSA, que continuava na mesma linha de trabalho; e em relação ao mecanismo financeiro continuaria o Fundo Estadual de Florestas (FEF). A Ouvidoria estava ocupando o espaço físico e a estrutura da PGE.

Explicou que o KfW utilizava, no SISA, duas contas diferentes do Fundo, sendo que a conta I (um) teria uma composição de 30% para o fortalecimento institucional e 70% seriam de aplicações diretamente na ponta, para beneficiários do Programa. Na conta II teria 10% aplicados no fortalecimento institucional e 90% em atividades para beneficiários.

Relatou que na conta I haveria o componente indígena, voltado principalmente para o fortalecimento dos Planos de Gestão e para apoiar atividades produtivas, culturais e de proteção das terras indígenas. Acrescentou que tinha também um componente de produção familiar e cadeias produtivas, com uma gama de atividades de produção tais como seringa, castanha, óleos e piscicultura, onde se encontrava um outro componente de assistência técnica.

Falou do componente exclusivamente extrativista na conta II, que foi reservada para atividades produtivas dentro de Reservas Extrativistas. E ressaltou que o componente da pecuária diversificada sustentável não significava apenas a pecuária bovina, mas também a piscicultura.

Informou que no corrente ano foi seguida a mesma linha, de firmar convênios, considerando as atividades desenvolvidas em áreas prioritárias, buscando conciliar os benefícios de acordo com a questão do desmatamento evitado e, para garantir resultados concretos os recursos iriam para as associações executarem. Explicou haver uma sinergia com outras fontes de recursos, como era o caso do Fundo Amazônia, BNDES, BID e o Banco Mundial, para execução de atividades que, ou continuariam o que já estava sendo feito ou complementariam as que utilizavam essas fontes de financiamento. Repetiu que a execução passava direto pelos provedores, beneficiários comunitários que, no caso, eram os envolvidos no Plano de Desenvolvimento Comunitário (PDC), no Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Econômico Sustentável do Acre (Proacre).

Do montante indígena disse terem dado apoio aos Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFI), por meio do convênio com Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (AMAIAIC), e para a formação de AAFIs foi feito convênio com a Comissão Pró-Índio (CPI); houve também o fomento a atividades de apoio aos Planos de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PGTI), por convênios feitos direto com associações indígenas; além de uma série de apoios à produção.

No componente de cadeias produtivas sustentáveis e no extrativismo falou do componente de assistência técnica para as comunidades que recebem os benefícios; da implantação de atividades produtivas, com insumos e preparo de áreas. A Seaprof trabalhava com uma linha de atuação em mecanização, enquanto a Sedens teria uma linha de atuação em piscicultura; além de equipamentos, aquisição de mudas; e apoio à comercialização, que existiu até o ano anterior, na forma do *per capita*, que consistia em adiantar o repasse do recurso para o produtor vender a produção. Em 2015, foi decidido não mais efetivar o *per capita*.

No quesito das estruturas, disse que estavam construindo dois galpões na Floresta do Gregório, para o armazenamento da pequena produção dos ribeirinhos e também para servir como uma espécie de feira de comercialização de produtos. Esses galpões estavam com a inauguração prevista para setembro ou outubro próximos.

Joci Aguiar perguntou se a assistência técnica estava sendo prestada por meio da abertura de editais. **Marky Brito** respondeu que não, pois a assistência técnica era prestada nas Unidades de Gestão Ambiental Integrada (UGAI). Explicou que a Sedens fez um convênio, via Fundo, para que fosse trabalhada assistência técnica em manejo comunitário e na pequena produção. Falou do convênio com a Central de Cooperativas de Produção dos Moveleiros e Marceneiros do Estado do Acre (UNIMAC), que estaria finalizando, para o manejo florestal comunitário nas Reservas.

A respeito do recurso para comercialização, **Joci Aguiar** perguntou se era repassado para as cooperativas. **Marky Brito** respondeu que houve convênios com a Cooperfloresta, Cooperbiscoito, Cooperacre, e ficou de verificar e passar aos membros, após a reunião, a lista dos convênios que foram beneficiados com *per capita*. Explicou o convênio com a Cooperfloresta, que iria fornecer o pagamento aos manejadores da Associação dos Moradores e Produtores da Resex Chico Mendes de Xapuri (Amoprex). Os manejadores

receberam o recurso – que iriam receber da Cooperfloresta – antes de terminar a exploração. Posteriormente, haveria devolução ao Fundo, com uma correção de 3% ao ano. Classificou como um capital de giro para a Cooperfloresta, que teria uma folga para poder fazer a exploração, comercializar e depois devolver o recurso ao fundo, enquanto o produtor teria seu pagamento garantido. Disse que no Antimary havia sido feito o mesmo com as associações de lá. Falou da existência de documento jurídico entre os beneficiários e a Sedens, para garantir a devolução desse recurso. Foi feita uma avaliação e verificado que as experiências com *per capita* haviam sido suficientes, portanto não haveria mais esse tipo de convênio.

No componente de pecuária diversificada sustentável, informou que também houve assistência técnica; recuperação de pastagens via mecanização; melhoramento genético, para o qual se realizou convênio com a Embrapa; capacitações para produtores nos temas do manejo de pasto, manejo da piscicultura; estudos e pesquisas com a Embrapa.

Prosseguiu sua explanação, com apresentação detalhada dos recursos previstos para 2015. Falou que havia 73 convênios firmados até o momento e que nos relatórios do REM, que o IMC havia encaminhado aos membros da Ceva, encontrava-se o detalhamento de quanto foi desembolsado, o que encerrou, o que estava em prestação de contas, onde se localizavam, quantas famílias beneficiadas, objetivos e resultados.

Disse que para o corrente ano, na conta I (REM I), na categoria do funcionamento do SISA, que seriam os 30%, houve uma divisão entre o primeiro e o segundo semestre. Para o primeiro semestre afirmou que foram aplicados recursos garantidos até o ano anterior. E no segundo semestre, teria o recurso do desembolso de quinze milhões de reais, dependente de análise que estaria sendo feita pelo KfW. Falou das grandes exigências que precisaram cumprir em relação aos relatórios. Esclareceu que se tratava da terceira parcela prevista no contrato.

Em seguida apontou os montantes de recursos para o IMC, PGE, CDSA, Companhia Ambiental (PM), Imac, Iteracre, Embrapa. Do total de sete milhões para o funcionamento do SISA, haveria 2,5 milhões garantidos para execução até o final do ano.

Das categorias para a ponta, que são os beneficiários, teria recurso a ser aplicado para o fundo indígena, com estabelecimento de editais, obedecendo-se a um regimento para que as associações e cooperativas indígenas acessassem esse recurso. A respeito do que já estava sendo executado, falou do pagamento de bolsas dos AAFI por meio do convênio com a AMAAIAC. Foi comentado sobre o bom trabalho desenvolvido pela AMAAIAC. **Marky Brito** mencionou um convênio com a CPI para formação desses agentes agroflorestais; e o apoio aos Planos de Gestão em terras indígenas, por convênios com as associações.

Sobre o componente da produção familiar, que foi dividido em dois subcomponentes, descreveu inicialmente a previsão de investimentos sobre um deles, que seria diretamente voltado para a produção sustentável, e que teria vários convênios, por exemplo com a Seaprof, para o subsídio da borracha, mecanização de áreas e para aquisição de mudas de seringa; com a Sedens, para construção de tanques de piscicultura e atividades de assistência técnica; com a SEAP, para aquisição de mudas de café; com a Associação São Vicente, da Floresta do Gregório, associação que ficará responsável pela manutenção dos galpões que estavam sendo construídos; com a Associação Envira e com a Cooperbiscoito, para aquisição de insumos. Anunciou o valor de sete milhões de reais previstos e somente dois milhões e seiscentos mil reais garantidos para esse componente.

Joci Aguiar questionou sobre os convênios para as mudas de seringa e outros, que têm financiamento do BID, do Banco Mundial, do BNDES e a partir de então, do REM. Perguntou se seriam para famílias diferentes, se outras famílias estariam sendo atendidas, ou se seriam em outra área. Preocupou-se com a

possibilidade de sobreposição de ações, em vez de estarem ampliando o número de famílias atendidas e ter outros resultados com esse recurso. Disse que essa era uma preocupação da Ceva há algum tempo e por isso gostariam de fazer uma reunião com todas as secretarias que executam o Programa REM, para terem esclarecimentos.

Marky Brito respondeu que precisaria consultar o responsável na Seaprof para explicar se estava ocorrendo continuidade ou não. Disse que aquelas áreas estavam fora das Resex. **Joci Aguiar** salientou que ele era o gestor do Fundo. **Érico Barboza** (PGE) falou que poderia ser sobreposição ou complementação, utilizando um pouco de recurso de cada financiador, para poder fazer o projeto todo. **Marky Brito** ficou de verificar essa questão junto a Seaprof e lembrou que o IMC havia pedido a espacialização dos beneficiários, com dados e pontos de GPS, para a Seaprof. Referindo-se aos recursos do BID, disse que fizeram um exercício de não sobrepor área de manejo com área de seringa. Solicitou que ficasse registrado o pedido para que a Seaprof apresentasse essa espacialização, tanto para aquisição da seringa, quanto do café, que a SEAP precisaria verificar.

No caso da assistência técnica, comentou que para rodar 73 convênios era necessário ter uma estrutura boa tanto no Fundo quanto na Secretaria, para verificar resultados, auditorias, prestações de contas. Considerou que isso se dava para o Acre todo. Então estabeleceram a estrutura de assistência técnica nas UGAI do Gregório, do Acuraua e do Liberdade, por meio de um convênio com a Secretaria, que mantém equipes para fazer o acompanhamento desses programas e projetos desenvolvidos com cooperativas do Juruá.

Falou da previsão de recurso para a CDSA desenvolver subprogramas do ISA Carbono; e do convênio com a Funtac para o apoio à realização de análises fitoquímicas de não madeireiros. A Sema teria um convênio com o SEANP; um convênio com a Secretaria de Segurança no combate às queimadas; e outro com o Sindicato Rural de Cruzeiro do Sul, também para assistência técnica.

No REM II, que só obteve um desembolso e 10% do recurso deveria ser aplicado para fortalecimento do SISA e gestão do Sistema, afirmou que o IMC teria recursos para desenvolver as atividades dele; e que o Fundo estava tentando montar uma Unidade de Gestão de Projetos (UGP) para gerenciar o Programa, com a contratação de uma equipe técnica conduzida pelo IMC, e uma equipe administrativa que ficaria dividida entre Sema e IMC. Falou do convênio firmado com a Funtac para manutenção dos serviços da Ucegeo, no monitoramento de queimadas e desmatamento; e com a Secretaria de Comunicação para a execução do Plano de Comunicação; além de um recurso reservado para eventos, como é o caso da COP21 em Paris. Destacou que esses convênios da Funtac, Secom e eventos eram celebrados diretamente com o IMC.

Passou a discorrer sobre o segundo componente, subprograma pecuária diversificada sustentável, no qual a Sedens executava o programa de piscicultura, com a construção de tanques; e a pesquisa em melhoramento genético com a Embrapa. Em seguida falou sobre o terceiro componente, o subprograma território sustentável, que é voltado para o extrativismo e obteve recursos para assistência técnica, por meio da Sedens e que teria também a gestão do Fundo. Falou do subcomponente produção sustentável, no qual havia convênio com a Funtac para a compra de látex; e da previsão de convênios com a Cooperacre, para limpeza de varadouros; com Amopreab e Amoprex, para apoiar extração de seringa; com Cooperfloresta para apoiar manejo florestal na Resex.

Pável Jezek (IMC) comentou sobre as mudanças de caráter estratégico que ocorreram no subprograma território sustentável, que no início era abordado em função dos serviços de conservação florestal e redução do fluxo do carbono, com o extrativismo na floresta. Agora, o conceito “território sustentável” ampliou sua abrangência para além do limite da floresta, pois não é focado na atividade do extrativismo, mas em um

conjunto de pessoas, de famílias, comunidades, que ocupam tanto floresta como não floresta e estão produzindo de forma sustentável. **Joci Aguiar** disse ter participado de reuniões que esse assunto havia sido discutido, até chegar à ideia do “território sustentável”, que consistiu em considerar tanto os extrativistas que estão dentro do antigo extrativismo, que são famílias ribeirinhas e também as que estão dentro das unidades de conservação e também praticam essas atividades.

Pável Jezek perguntou se havia avanços no mecanismo de comprovar adesão ao Programa REM, que não significava apenas benefício, mas também o compromisso ambiental das pessoas de mudar a forma de produção; e se adesão poderia ser dada através do CAR. **Marky Brito** respondeu que sim, isso poderia se dar com o CAR e mencionou a Seaprof e a Sedens, que têm o cadastro do antigo Programa de Valorização do Ativo Ambiental Florestal, com termos de adesão. O cadastro das florestas públicas estaria na Sedens e a Seaprof teria o restante de onde ela executa o Programa.

Érico Barboza informou que esse instrumento de adesão não tinha previsão legal. Disse que faltava uma perspectiva de tempo para essa adesão, uma visão de futuro e ao que aderir. Defendeu a ideia de que tivesse um cadastro dos beneficiários e que o termo de adesão envolvesse um programa continuado, que não iria se realizar com um único benefício. Disse ser complicado pensar em termo de adesão nesse caso, pelo fato de não se tratar de um programa duradouro. Mencionou que o Programa de Certificação sofreu um processo de congelamento, por ter bastante adesão e deu-se que a capacidade desse programa para pagar, honrar os compromissos assumidos, exauriu. Então teve que ser congelado para poder todos cumprirem a sua parte e chegarem, aqueles que aderiram, ao resultado final, pois ao abrir um leque de adesão infinita, o orçamento não comportaria; e os custos de assistência, entre outros, seriam altíssimos.

Referiu-se ao caso do CAR como um registro da propriedade, que não iria registrar programas sociais; então dificilmente se conseguiria utilizar essa ferramenta para esse tipo de controle. Defendeu que o instrumento mais viável seria o cadastro; que o cadastro dos beneficiários do REM se mostrava possível, pois ao levar o benefício, a pessoa poderia ser cadastrada. E se juntaria ao cadastro um pequeno relatório, questionando como era a produção daquela pessoa antes e depois de receber o benefício do REM. Disse que, a partir disso, poderiam ser usadas informações do CAR. E seria questionado se depois de ser beneficiário do REM, havia mudado o jeito de produzir. Afirmou que a pessoa não muda a prática por receber um ou dois benefícios; mas seria preciso uma política continuada para se obter uma transformação efetiva; que não dava para ter controle imediato com um programa de curta duração, pois programa de curta duração não muda questões arraigadas.

Fernanda Fonseca (Embrapa) comentou que se pode utilizar imagens e ter informações do desmatamento a partir do CAR.

Érico Barboza sugeriu fazer o cadastro dos beneficiários do REM e eventualmente fazer uma consulta ao CAR, para saber se os imóveis melhoraram, se mudaram as práticas, a partir do cruzamento de dados. Recomendou unificar os cadastros, para saber quantas pessoas haviam sido atendidas e para se obter o universo de beneficiários. Disse que o Programa de Regularização Ambiental (PRA) envolvia cobranças e que o apoio teria duração de trinta anos. Acrescentou que no geral 4% do Estado poderia ser mecanizado e que no ano anterior foram investidos 30 milhões de reais em maquinários.

Fernanda Fonseca falou que essa mecanização pouco interferia na redução do fogo, pois era necessário maquinário pesado como trator de esteira para fazer a destoca. E grande parte dos produtores não tinham acesso a esse tipo de trator. Em seguida, perguntou como se deu a decisão de direcionar a maior parte do recurso da pecuária sustentável para a piscicultura e se o banco KfW havia aceitado essa decisão.

Marky Brito respondeu que o banco aceitou a partir de uma argumentação articulada pelo Diretor Presidente da CDSA, Dande Tavares, em favor da piscicultura como atividade da pecuária sustentável. **Pável Jezek** disse que o argumento se baseou no fato de que a diversificação da pecuária contribui para a redução do desmatamento. **Fernanda Fonseca** sugeriu que o próximo programa fosse chamado de “Produção Animal Sustentável”.

Sem mais perguntas, **Joci Aguiar** agradeceu ao Marky Brito, pelos esclarecimentos prestados, e solicitou ao Pável Jezek que passasse a desenvolver o segundo e terceiro pontos da pauta.

2. Revisão Internacional das Salvaguardas do SISA

Pável Jezek explicou que esse tema estava relacionado com a visita da Aurélie Lhumeau no mês anterior, com objetivo de ajudar a finalizar o processo da Revisão Internacional, conduzido pelo Comitê Internacional dos Padrões Socioambientais, e focado no processo de uso de salvaguardas no SISA e seus programas.

Falou da metodologia do relatório da Revisão Internacional apresentada por Aurélie Lhumeau, que enviou, para sua visita à Ceva, o resumo da versão 2 do relatório de Revisão, em português e disponibilizou o relatório completo na reunião do dia dez de agosto, com a finalidade de verificar se os membros da Ceva ainda teriam observações a fazer. Informou que a estrutura desse relatório teria uma parte de perguntas e respostas sobre a abordagem do processo de construção e implementação de salvaguardas e a segunda parte sobre a aplicação das diretrizes dos dez passos. Acrescentou que, desde 2010 a 2012, a Iniciativa Internacional propunha esses dez passos para implementar os Padrões socioambientais de REDD+. Comentou que, de certa forma, a Iniciativa estava esperando por comentários, sugestões e aprovação desse Relatório, por parte da Ceva, entendida como instância fundamental no funcionamento do SISA e na implementação das salvaguardas.

Apresentou as perguntas trabalhadas pela Aurélie Lhumeau, em planilhas do relatório, naquela visita. Repetiu as perguntas: os grupos de titulares de direitos envolvidos no processo; o equilíbrio entre interesses na governança do processo; a qualidade do processo de interpretação dos indicadores específicos. Mostrou uma classificação distinguindo o processo no Acre, em que as diretrizes e orientações internacionais foram integralmente aplicadas; a qualidade da avaliação de salvaguardas foi classificada como parcial, pois o Comitê havia detectado algumas fragilidades na sistematização e no registro da informação. Depois, mostrou sobre a participação efetiva dos titulares de direitos nas consultas, que também foi classificado como integralmente aplicado. O quesito da qualidade dos processos de revisão para incorporar comentários e recomendações de atores envolvidos foi classificado como parcial, dado que não se conseguiu separar bem (distinguir) no Relatório de Autoavaliação, as recomendações e comentários feitos pelos atores que participaram dos debates. Por último, tratou da transparência e acessibilidade à informação, o que foi classificado como integralmente aplicado.

Explicou que eles (Iniciativa Internacional) estavam realizando uma revisão do processo e querendo dizer como que no Acre, esse processo que eles orientam em vários países, foi seguido. Ao verificar que o Acre se mostrou a região mais avançada, o Comitê Internacional estava interessado em sistematizar e reproduzir em outros cantos esse relatório. Esclareceu que, por isso, foram feitos tantos encontros da Ceva para revisar, analisar, comentar e por fim aprovar.

Disse que, da mesma forma, os dez passos haviam sido classificados. Relembrou que a primeira parte tratou da conscientização e participação dos atores e a governança, com uma equipe facilitadora, um comitê de padrões, que é a própria Ceva; depois um período de interpretação que implicou em desenvolver um plano para o processo, minutas para os indicadores e organizar consultas sobre os indicadores. Então,

prosseguiu dizendo que as diferentes etapas foram classificadas como integralmente ou parcialmente aplicadas; e a partir da etapa sete até a dez, houve variação para: preparar um plano de monitoramento, coletar a informação para o monitoramento, organizar a revisão do relatório de autoavaliação, e publicar esse relatório. Informou que o relatório e seus anexos já estavam publicados no portal do IMC. Comentou que esse processo é do Acre e foi finalizado com a publicação do Relatório de Autoavaliação. Falou dos recursos que sobraram, sobre o qual estava sendo planejada impressão desse relatório e apoio à realização dos seminários regionais de gênero.

Apresentou planilha feita junto com Aurélie Lhumeau na reunião do dia dez de agosto, que mostra os comentários da Ceva. Relembrou a estrutura das salvaguardas com princípios, critérios e indicadores, com números bastante ambiciosos para monitoramento de 52 indicadores.

Perguntou aos presentes se havia mais algum comentário relacionado ao Relatório da Revisão Internacional ou se a Ceva o aprovaria como estava. Considerou que esse relatório trazia dois benefícios: um para os atores do Acre, pois resumia bastante bem qual foi o processo do Acre e em qual etapa estava no momento; e um benefício para a Iniciativa Internacional, de poder ter uma ferramenta para orientar outras experiências. Concluiu que se tratava de um momento interessante para avançar nas políticas com mais uso de salvaguardas. Esclareceu que a importância do voto da Ceva estava nessas considerações.

Fernanda Fonseca avaliou que o relatório da Revisão Internacional havia sido bem discutido pela Ceva e todos o aprovaram.

3. Plano de Ação para as Salvaguardas

Pável Jezek passou a falar do tema da consultoria apoiada pela WWF, para fortalecer o uso de salvaguardas. Apresentou, a respeito do Relatório de Autoavaliação do Acre, o que havia sido identificado como lacuna e o que foi, posteriormente, recomendado nas reuniões setoriais da consulta pública. Apresentou os sete princípios comentados. O primeiro, “o consentimento prévio, livre e informado está implícito na elaboração e implementação das políticas públicas, mas ainda não tem sido experimentado na prática, nas iniciativas privadas, tampouco tem sido aplicado em nenhum caso de realocação de moradias no âmbito desses projetos privados”. Isso foi identificado como lacuna relacionada ao primeiro princípio, que trata do direito à propriedade da terra e do direito ao uso da terra. A recomendação dada foi monitorar e divulgar o avanço do programa estadual de regularização fundiária, com base nos relatórios do Iteracre. Então, Pável comentou que o Estado conta com uma fonte concreta de informação para poder monitorar.

Magaly Medeiros (IMC) argumentou que o consentimento livre, prévio e informado não está relacionado apenas com a regularização fundiária, portanto a recomendação dada acima não resolveria essa lacuna. Acrescentou que o CLPI é a forma como se trabalham as decisões. Apontou problemas quanto a isso no Acre, no caso de projetos privados, porque os posseiros que vivem na área desses projetos haviam reclamado da falta de clareza, e isso, inclusive, estava sendo objeto de diligência na Ouvidoria. Disse que as reclamações surgidas não estavam relacionadas com a posse da terra, mas com a falta de clareza e transparência nas negociações quanto aos projetos de REDD das áreas que esses posseiros ocupam.

Pável Jezek respondeu que precisaria melhorar a sistematização e esclareceu que existe o âmbito do Programa Jurisdicional, com uso das salvaguardas e, por outro lado, o âmbito de projetos privados, que têm olhares diferentes. Mostrou que as salvaguardas seriam usadas em ambos os universos. No programa jurisdicional opera um sistema de governança, que tem um arranjo com instituições, um arcabouço de leis, normas, procedimentos, em consonância com outras políticas. No âmbito dos projetos privados, o olhar é mais focado na comunidade envolvida nessa área de projeto, incluindo proponentes e comunidades, que é

preciso respeitar os direitos de ambos e cumprir as leis que são relacionadas ao projeto e com todos os interesses dos envolvidos e as metas do projeto. Referiu-se a direitos legais e costumeiros. Então pediu desculpas por não ter sistematizado melhor as informações na planilha.

Prosseguiu sua apresentação, com objetivo de lembrar o que foi identificado como lacuna na autoavaliação do Acre e o que os atores, após terem lido o relatório, recomendaram. Considerou que, conseqüentemente, às lacunas tem-se um olhar mais para projetos privados e às recomendações, o olhar seria mais para a jurisdição.

Joci Aguiar comentou que no Acre teríamos cinco projetos privados em funcionamento, e três com processo na Ouvidoria. Perguntou se as reclamações se referiam à regularização ou à moradia. **Magaly Medeiros** respondeu que se referiam à questão da propriedade da terra e à falta de transparência e informações quanto a repartição de benefícios.

Pável Jezek disse que gostaria de aproveitar aquela reunião para trabalharem na escala de princípios e não entrar em detalhes dos indicadores. Disse ter preparado a planilha sem destacar qual seria a escala de cada um.

Continuou, com a revisão do segundo princípio, relacionado à repartição de benefícios, cuja lacuna identificada foi que a provisão de procedimentos para implementação da repartição de benefícios ainda foi cumprida parcialmente. Disse que em 2014, quando foi escrito o relatório, não havia tanto avanço na implementação do programa REM como se tinha no momento da presente reunião; lembrou que Marky mostrou porcentagens de recursos investidos em diferentes programas, focados em diferentes grupos de beneficiários, que considerou ser um procedimento que pode ser colocado na próxima avaliação. Prosseguiu dizendo que foi recomendado assegurar transparência da informação, também considerado tema transversal, especialmente quanto à gestão financeira do Sistema. Mencionou a apresentação do Marky novamente, como um passo nesse sentido, de expor a informação sobre a gestão financeira do Programa.

A respeito do princípio 3, relacionado com a preservação dos meios de vida e o bem-estar das comunidades, foi apresentada a lacuna de que o princípio foi parcialmente cumprido, com reconhecimento dos próprios beneficiários, na avaliação participativa do monitoramento dos impactos. **Pável Jezek** mostrou que para essa lacuna foi recomendado monitorar os investimentos realizados nas áreas degradadas; reinserção na economia local; e infraestrutura. Comentou que, ao pensar nas comunidades, bem-estar evidentemente era muito importante para os atores. Disse que foram mencionados vários programas de alimentos, educação, condições favoráveis, Luz para Todos, Pronaf. E que foi recomendado também monitorar o uso dos instrumentos financeiros para atividades que reduzem a pressão sobre a biodiversidade, verificando se bancos ou créditos teriam algum mecanismo de sustentabilidade, em busca de novas alternativas produtivas, manejo de fauna e flora e créditos para esses tipos de atividades econômicas, mencionando também a Lei Chico Mendes (Lei nº 1277/1999), do subsídio, ou incentivo ao preço da borracha; promover diversificação da produção, em vista da resiliência em situação de crise. Disse que no momento de elaboração do relatório, a questão da diversificação econômica foi considerada como um mecanismo de resiliência. Explicou que daí também vinha o termo de território sustentável, de não focar somente no extrativismo da borracha, mas de diversificar na medida do possível, o desenvolvimento econômico local.

Sobre o princípio 4, relacionado com a governança e a transparência da informação do SISA e seus programas, considerado parcialmente cumprido, foram feitas as seguintes recomendações: monitorar, aprimorar os mecanismos de participação social, inclusive no nível municipal, nos Condemas; democratizar

a condução dos Conselhos, dos Presidentes; sistemas de governança; proporcionar as políticas públicas relacionadas; coerência para atingir os impactos desejados até o nível local; estabelecer diálogos periódicos entre sociedade e governo; zelar pela disponibilidade e aprimoramento do conhecimento adequado para os diversos níveis de Ater; e considerar para nomeação e eleição de representantes, a disponibilidade para participação. **Pável Jezek** comentou sobre a realidade dos membros da Ceva, quanto à disponibilidade de tempo para participar. Com relação a recomendação de promover a implementação de GTs, mencionou os seminários de gênero, por meio dos quais se estaria caminhando na direção de se estabelecer um GT de Gênero.

O princípio 5, considerado parcialmente cumprido, deu enfoque para identificação de fornecimento de provas de não causar impactos negativos, referindo-se à biodiversidade em geral. A recomendação, relacionada com a manutenção da biodiversidade e serviços ecossistêmicos, foi esclarecer como seria quantificado esse monitoramento. Apresentou a recomendação de serem consideradas as políticas e programas federais sobre a biodiversidade; comparar e conectar atividades nas diferentes unidades de conservação, e além dos limites do Estado.

Do princípio 6, a respeito da identificação do conhecimento tradicional, orientação jurídica foi parcialmente cumprida; existência de uma norma complementar específica sobre gênero, que apesar de ainda não ter sido elaborada, foram feitos avanços na direção de atividades; acesso a respeito de mecanismos para reivindicações e repasses de informações de representantes titulares para suas bases. Falou do desafio de juntar o olhar jurisdicional com o olhar local, de projetos ou propriedades. A recomendação para esse princípio sobre a efetividade da participação foi: aprimorar a transparência e atualidade do portal; avaliar e fortalecer a participação de conselheiros na elaboração e acompanhamento do SISA e programas; e conectar os programas com ações do plano plurianual; monitorar o diálogo sobre SISA e programas, com comunidades de produtores e beneficiários e programas de capacitação de diversos públicos sobre o SISA. Indicou que é desejável contar com diagnóstico sobre as necessidades para uma efetiva participação e aproveitar os meios de comunicação para transferência de conhecimento.

Por último, para o princípio 7, relacionado com a legalidade, apontou não haver procedimento para identificar inconsistências de cumprimento de leis e convenções internacionais. Apresentou as recomendações: monitorar o rigor da fiscalização do cumprimento do marco legal, em relação a recuperação de áreas de preservação permanente, por exemplo; divulgar experiências que demonstram como a regularização ambiental favorece a produção. Disse entender que além da fiscalização, tem acoplada uma informação sobre as vantagens de estar na legalidade.

Joci Aguiar perguntou se eles teriam que fazer sugestões de como tirar as lacunas. **Pável Jezek** disse que se tratava de um processo contínuo. **Stoney Pinto** (IMC) mencionou um passo das salvaguardas que dizia que durante a autoavaliação se identificariam as lacunas, e com base nelas se faria um plano de ação para solucioná-las.

Pável Jezek explicou que o documento finalizado no ano anterior havia sido uma primeira autoavaliação. E a próxima seria dali a dois anos. Afirmou que salvaguardas socioambientais são elos de segurança da implementação do SISA e de seus programas. O SISA foi criado pela Lei 2308/2010 e a primeira avaliação do uso foi realizada em 2014. A parte da avaliação realizada pelos próprios atores, denominada autoavaliação, está registrada no relatório de sete de novembro de 2014, após consulta pública, pelo Colegiado dos Conselhos. O relatório está mais centrado no monitoramento do desempenho do Sistema, das salvaguardas, do arcabouço legal e do arranjo institucional do SISA. E identifica os graus de cumprimento e as lacunas relacionadas com as salvaguardas, bem como registra as recomendações apresentadas com atores envolvidos, que participaram de reuniões setoriais e durante a consulta pública.

Joci Aguiar perguntou se houve manifestações na consulta pública do relatório pela internet. **Magaly** respondeu que não, mas as manifestações ocorreram nas reuniões setoriais. **Camila Oliveira** (Asimmanejo) observou que os indígenas se mostraram os mais participativos durante essas reuniões.

Magaly Medeiros disse que as recomendações sistematizadas após as consultas serviriam de base para elaboração do plano de ação, facilitado pelo **Pável Jezek** que, por sua vez, assinalou se tratar de um processo conjunto e precisaria da aprovação da Ceva. Ele explicou que o objetivo do plano de ação seria dar continuidade ao monitoramento, aprimorar o sistema de salvaguardas, preencher as lacunas identificadas, e rever tecnicamente os padrões, as políticas e os programas. De maneira complementar, disse estar prevista elaboração de propostas de mecanismos de retorno, de comunicação, sendo outro produto da consultoria.

Pável Jezek mostrou o gráfico que consta no manual de monitoramento de 2013, publicado com apoio do Imaflo e Care, que representa o ciclo do monitoramento, onde se pode identificar o IMC e a Ceva. Relembrou que foi estabelecido ter uma relatoria, ou uma comunicação dentro de um ano e ter uma autoavaliação a cada dois anos, que se repetiria duas vezes, para coincidir com a gestão de governo. Então, quatro anos de gestão de governo e duas avaliações bianuais nesse período, foi considerado como adequado.

Quanto ao plano de ação, disse que ele se baseia nas salvaguardas que foram recomendadas pela Conferência das Nações Unidas em Cancún, México em 2010, justamente quando também foi criada a Lei do SISA no Acre. Disse que a responsabilidade pela implementação das salvaguardas foi compartilhada entre IMC e Ceva, com orientação da Iniciativa Internacional e suas diretrizes, e com apoio primeiro da Care em 2011 e 2012, pois que houve uma contratação e uma equipe de facilitação, para testar e adaptar os indicadores da realidade do Estado do Acre. Contou que teve um apoio do Imaflo na facilitação e sistematização de oficinas para o monitoramento, cujo produto foi o Manual de Monitoramento.

Reafirmou que a Autoavaliação, que é do Acre; a Revisão Internacional desse processo, por parte da Iniciativa Internacional; e a Colheita de Resultados pelo consultor contratado por essa Iniciativa, foram feitas em 2014. Depois ocorreu a consulta pública, na qual foi aprovado o Relatório de Autoavaliação, que estava acessível ao público na internet e seria impresso em breve, com apoio da Norad.

Afirmou que, com isso, o passo a passo dos dez passos das diretrizes estava finalizado e as lacunas identificadas para se olhar para a frente. Argumentou que o plano de ação iria aprimorar esse sistema e cuidar das lacunas, portanto sugeriu que inicialmente seja previsto para 2015-2016. Ressaltou ser interessante para a Iniciativa Internacional que o Acre tenha proposto elaborar esse plano de ação, e disse que eles (Iniciativa) já estavam apresentando isso pelos países do mundo.

Disse que além do Plano de Ação, o Acre também sugeriu ter um mecanismo de diálogo de retorno, para que a sociedade civil também pudesse dar esse retorno sobre se as lacunas estariam sendo resolvidas ou não; ou se haveria novas lacunas. Destacou que se tratava de um processo contínuo ao longo do tempo, mas havia também uma relatoria periódica, sobre os avanços das reuniões da Ceva, sobre o que sugeriu que na pauta das reuniões da Ceva, no futuro, possa ser colocado o andamento do Plano de Ação, então gostaria de ter uns dez ou quinze minutos para informar como esse Plano estaria avançando. Falou do relatório conjunto, a ser elaborado pelo IMC ao final de 2016, que seria o segundo Relatório de Autoavaliação, seguindo o gráfico.

Disse que para esses dois anos, a sugestão foi não monitorar os 52 indicadores de desempenho do sistema, mas sim focar um pouco no que seriam resultados e impactos e ter, talvez, treze ou quinze indicadores priorizados para esse primeiro período, considerando a capacidade para monitorar. Apresentou

a proposta: os primeiros quatro princípios – direitos a terra, repartição de benefícios, meios de vida, governança. Mostrou quais os indicadores poderiam ser para cada princípio. Os indicadores propostos para o primeiro princípio foram: número de títulos de propriedade; documentos de posse, de cessão de uso; conflitos fundiários que poderiam ser monitorados; propriedades regularizadas; títulos e as fontes de verificação jurisdicionais que existem.

Para o segundo, repartição de benefícios do SISA, orientada pela meta de redução do desmatamento, disse que quando se fala de repartição justa, é preciso refletir o que isso significa, porque às vezes quem foi injusto no passado com a natureza, requer de mais apoio para mudar, do que aquele que foi muito justo com a natureza. Concluiu então que a conservação talvez seja um pouco mais barata no último caso. Quis assim dizer que a repartição de recurso financeiro não é um bom indicador para se fazer justiça.

Joci Aguiar lembrou das palavras de um extrativista: “(extrativistas) passaram a vida inteira conservando a floresta e não ganharam nada. Ai vem a proposta para que os pecuaristas recebam o dinheiro para fazer a conservação”. **Pável Jezek** reafirmou ser importante fazer esse debate, pois não se trata de um só critério, não é só o recurso financeiro; há também o impacto, o resultado que será atingido. Visto que para mudar (a cultura arraigada do corte e queima) é mais caro do que melhorar a conservação, defendeu que é preciso considerar os resultados, considerar também a melhoria da qualidade de vida; porque quando se fala sobre qualidade de vida entre alguém que tem muitas cabeças de gado e muitas caminhonetes, e alguém que tem uma bicicleta no seu quintal, vai ter um debate. Então tem que se considerar também esse critério do bem-estar. É por isso que as salvaguardas têm esses diversos princípios, que devem ser considerados sempre em conjunto e não em separado.

Magaly Medeiros perguntou sobre os mecanismos transparentes de repartição considerando-se a questão de gênero. **Pável Jezek** disse que essa questão aparecia em vários contextos do relatório; e que havia a demanda de transparência para dizer se o aspecto de gênero havia sido considerado na repartição. Exemplificou com o caso de uma associação, que teria uma composição com tantas mulheres e tantos homens nas famílias, para o qual deveria ser verificado se ambos seriam considerados de forma equilibrada. **Magaly Medeiros** chamou atenção para os dois temas ali inseridos: transparência dos mecanismos; repartição de benefícios considerando aspecto de gênero. Isso exigira dois indicadores diferentes.

Em seguida, **Pável Jezek** falou do princípio sobre os meios de vida. Para o monitoramento com base na produção, a quantidade, por exemplo, de investimentos em programas de longo prazo, seria proposta para indicadores que poderiam ser monitorados em um primeiro momento, no período de 2015-2016. Considerou tratar de um teste de monitoramento. Mostrou as fontes de verificação para isso.

Passou para o quarto princípio “Governança”, para o qual propôs que poderia haver por exemplo dois indicadores relacionados com participação e transparência, para identificar os processos justos da informação; ou poderia ser o número de conflitos e os instrumentos de transparência.

Princípios 5, 6 e 7: biodiversidade, participação e legalidade. Para a biodiversidade propôs: medidas para beneficiar biodiversidade; monitoramento de espécies; ou verificar situação, condição de espécies ameaçadas; fiscalização, por exemplo, autuações, o que seria indicador negativo (quanto menos, melhor); ou priorização orçamentária no orçamento dos órgãos competentes, por exemplo o quanto a Sema teria de orçamento para manutenção das áreas protegidas.

Quanto à participação, indicou: registro de eventos e processos participativos, proporção de gênero na participação, proporção de participantes indígenas.

E, por último, falou da legalidade, para o qual propôs: identificar inconsistências entre programas do SISA e legislação ou convenções internacionais. Essa seria a última parte de uma proposta preliminar para focar o número menor de indicadores que, nesse caso seriam três, mais relacionados com avanços, resultados e que contariam com fontes concretas de informação que poderiam ser utilizadas. Com isso, encerrou os dois temas da Revisão Internacional e do Plano de Ação.

Joci Aguiar perguntou como isso seria passado aos membros da Ceva. **Pável** explicou que acabara de fazer uma primeira apresentação, sobre a qual gostaria de ouvir sugestões, comentários e dúvidas. Então poderia passar à Ceva um documento que contivesse essa informação e algo um pouco mais estruturado, detalhando o programa das atividades no restante de 2015 e em 2016, finalizando com o segundo Relatório de Autoavaliação, que seria o marco final desse primeiro período do plano de ação, para depois atualizar os dois anos seguintes.

Magaly Medeiros perguntou se o cronograma do Plano de Ação já havia sido feito. **Pável** respondeu que não o tinha feito, mas que seria vinculado ao calendário das reuniões da Ceva. Ressaltou que as ações não seriam todas da consultoria que ele estava desenvolvendo, mas seriam institucionais do IMC e da Ceva, que entram como facilitadores do processo.

Joci Aguiar sugeriu que fosse feito um relato sucinto periodicamente. **Fernanda Fonseca** sugeriu que depois se definisse a forma, pois após começar o plano de ação, a Ceva poderia ver como estava fluindo, e definiria se haveria apresentações em todas as reuniões.

Joci Aguiar solicitou a listagem dos cinco projetos privados, contendo dados gerais. **Stoney Pinto** disse que havia informações disponíveis no site do VCS. E foi sugerido realizar a próxima reunião extraordinária sobre a situação dos projetos privados, juntamente com a discussão da CDSA e do plano de comunicação.

Pável Jezek lembrou também do tema da colheita de resultados, a consultoria paralela à Revisão Internacional, por meio de entrevistas, para saber como foi o antes e o depois do uso das salvaguardas no SISA. Avaliou que a sistematização feita pelo consultor havia sido de bom nível, mas que esse consultor demonstrou dificuldades para contextualizar algumas informações que recebeu, por não conhecer o Acre. Então, junto com Aurélie, em agosto, membros da equipe facilitadora tiraram alguns resultados que não têm relação com salvaguardas, desse contexto. Informou que naquele momento, Aurélie e Joanna teriam a matriz apresentada em dez de agosto, para revisão e complementação, cuja versão em português não havia sido finalizada por elas, portanto seria revisada e enviada pela secretaria executiva, aos membros, para análise na próxima reunião.

4. Informes

Pável Jezek deu informe sobre os seminários de gênero. Apresentou os objetivos desses seminários: planejar e definir uma mínima estrutura para criação de um grupo de trabalho; analisar representação regional e participação nesse possível GT; formalizar, em um segundo passo; e fazer um planejamento estratégico. Os primeiros seminários seriam em 15 de setembro; 21, 23 e 25 de setembro, considerando-se a data limite para prestação de conta em 30 de setembro. Os lugares propostos seriam Brasileia, Rio Branco (incluindo Sena Madureira e Baixo Acre).

Magaly Medeiros apresentou uma proposta alternativa para realização dos seminários nas datas indicadas, visto que o recurso ainda não havia chegado. Disse que a preocupação é que embora o recurso demore a chegar, tem que ser executado dentro do prazo. Propôs então, também devido às condições da estrada, de fazer dois seminários regionais: um em Cruzeiro do Sul e outro em Rio Branco. E depois faria

a formação em várias regionais. Recomendou que deveriam garantir a representatividade em todas as regionais para polarizar os dois encontros. Submeteu essa proposta à avaliação da Ceva.

Em seguida, fez apresentação da proposta de participação do Acre na COP21. Informou que a COP desse ano ocorreria na França, com o evento oficial no “Le Bourget”. E que o IMC teria, através do representante do Itamaraty, entrado em contato e se informado dos procedimentos. A inscrição para poder apresentar proposta de eventos em estandes, para exposição ou conferências dentro do espaço oficial já havia sido encerrada. Então o governo decidiu participar da Conferência somente, pois a ocupação de um estande requeria obrigatoriamente que tivesse pessoas durante os doze dias do evento, trabalhando durante o horário de funcionamento. Pelo orçamento previsto, não haveria possibilidade de manter esse espaço nessas condições.

Disse estar prevista participação do governo durante dois dias, sendo em uma tarde de abertura a um coquetel, com lançamentos e anúncios, no dia 7 de dezembro, em lugar que se estava buscando (hotel ou buffet), fora do espaço oficial. E no dia 8, haveria três painéis de apresentação dos resultados dos trabalhos realizados no Estado do Acre. Informou ainda que o governador estava sendo convidado para um evento de alto nível no dia 5. Então, o governo estaria presente nos dias 5, 6, 7 e 8.

Os lançamentos previstos seriam: a calculadora de carbono, uma plataforma onde se poderá automatizar os serviços de controle do IMC, com relação às reduções das emissões de carbono, por meio de um projeto em parceria com o Ipam e o Estado do Mato Grosso e apoio financeiro do Fundo GCF. Acrescentou que essa calculadora irá servir de ferramenta para monitoramento dos projetos privados e das emissões do Programa jurisdicional. Estava previsto também apresentação do Portifólio com os produtos do Acre que fazem parte da política de incentivos a serviços ambientais na piscicultura, castanha, borracha e as boas práticas sustentáveis.

Disse que seriam apresentados os resultados de uma forma geral, desde o início do Programa REM até o ano de 2015 através de uma revista do SISA, onde entrariam vários momentos, não só do governo, mas como da participação da Ceva, com destaque durante esse processo e os principais resultados. Falou do lançamento do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa do Estado do Acre (IGEE), referente ao ano-base de 2012; e de uma publicação do KfW sobre a metodologia estoque-fluxo desenvolvida no Programa REDD *Early Movers*.

Além disso, fariam a divulgação de histórias de sucesso, por segmentos dentro desse Programa: indígena, extrativista, produção familiar, pecuária diversificada sustentável, com depoimentos dos atores. Também falou da ideia de apresentar os resultados das salvaguardas e um termo de cooperação entre o governo do Acre e o *Earth Innovation Institute (EII)*. Comentou que a programação não estava fechada e solicitou sugestões da Ceva para o evento. Falou da previsão de material a editar novamente, que seria o folder da Ceva. E o boletim informativo previsto para atualizar os avanços que a Ceva teve durante esse período.

Larissa Barbosa (IMC) acrescentou que os produtos citados faziam parte do que estava previsto no plano de comunicação, cujos recursos foram apontados no plano de investimentos apresentado por Marky Brito à Ceva.

Magaly Medeiros lembrou que o plano de comunicação estava em processo de não-objeção junto ao banco KfW, que havia solicitado reduzir o montante do recurso. Informou que para as conferências, que seriam no dia 8 no espaço oficial da COP, o governo do Estado havia se cadastrado no site, para obter um auditório com cem lugares. Haveria painéis de noventa minutos, com o primeiro de cunho político, com representantes do Ministério Público, do Governo da Alemanha, do Governo do Brasil e do Estado do Acre.

Depois haveria um momento mais técnico-científico, com a participação do *Earth Innovation*, apresentando a ferramenta do sistema de desempenho de programas jurisdicionais de REDD; Dr. Gylvan Meira, do Comitê Científico, que falaria sobre o monitoramento do desmatamento evitado e de emissões de carbono; uma apresentação sobre monitoramento de carbono para povos indígenas; e outra sobre a metodologia de biomassa e o monitoramento das alterações de carbono. O terceiro painel abordaria resultados do Programa Jurisdicional do Acre de serviços ambientais.

Disse que estava propondo uma mesa para apresentação de desafios e avanços nos programas jurisdicionais de REDD; os mecanismos inovadores de financiamento; o sistema de estoque e fluxo; a repartição de benefícios; os resultados e impactos do Programa REM no Acre; os resultados e impactos do Projeto Protegendo Florestas na ZAP BR-364, que é o projeto que o WWF, junto com SKY trabalhou na região da ZAP BR. Esse seria o momento em que se teria a representação tanto dos beneficiários como dos participantes do Programa.

Joci Aguiar comentou que leu nos jornais sobre a viagem internacional a Milão, paga com dinheiro da cooperação alemã, do Programa REM. **Magaly Medeiros** respondeu que em parte, sim, para a CDSA. Considerou que se tratava de uma oportunidade de negócios, e esclareceu que a ida a Milão teria duas estratégias: uma em que o governo estaria entregando o documento do Acre, anexo ao MOU 2, junto à Califórnia e outros governos subnacionais. Ressaltou que isso estava sendo custeado por parceiros, como EII, EDF e a Califórnia. Falou que após Milão, havia outra estratégia em que representantes da CDSA iriam a Israel, verificar o complexo de piscicultura e a relação com beneficiários para trazer ao Acre tecnologia e inovação. Sugeriu que fossem perguntados mais detalhes ao Dande Tavares na próxima reunião.

Joci Aguiar declarou considerar importante ter todas aquelas atividades de apresentação na COP21 e principalmente os resultados que o SISA tem alcançado no Estado, considerando que o Acre era referência mundial em relação a isso; pois tinha o Programa Jurisdicional e um arcabouço que até o momento nem o governo federal tinha. Ressaltou que a Ceva tinha uma participação importante em todo esse processo, portanto defendeu que a Ceva deveria participar da programação. Sugeriu que fosse escolhido um membro para representar a Comissão no evento.

Magaly Medeiros considerou que se tratava de uma oportunidade, pois a lista da Comitativa ainda não tinha sido definida. Porém, devido ao alto custo houve uma recomendação do Gabinete Civil que fossem apenas dez pessoas. Em uma projeção feita, orçou-se o custo de quinze mil reais por pessoa. Sugeriu que a Ceva indicasse um nome para integrar a lista da Comitativa.

Considerando que essa comitativa seria composta por agentes do poder público, foi solicitado que a secretaria executiva enviasse e-mail a todos os membros pedindo indicação de um representante da sociedade civil na Ceva, para participar do evento do Acre na COP21. A resposta deveria ser comunicada até a próxima terça-feira.

Sem mais assuntos a tratar e após revisão dos encaminhamentos, a Coordenadora da Ceva deu por encerrada a reunião.

Decisão:

- O Relatório da Revisão Internacional foi aprovado.

Recomendação:

- Unificação das informações de beneficiários do REM-KfW, coletadas de cadastros ou fichas de monitoramento, da Seaprof e da Sedens.

Encaminhamentos:

- A Secretaria Executiva deverá: enviar a lista dos projetos privados, contendo informações gerais sobre cada um deles, aos membros da Ceva; bem como a lista de convênios com recursos do Programa REM, que foram estabelecidos com *per capita*; e solicitar, por e-mail, indicação de um representante da parte da sociedade civil da Ceva para a COP21.
- Os membros da Ceva deverão: ler os relatórios que foram enviados para comentários e sugestões; e fazer indicação de um representante para participar do evento do Acre na COP21, até a próxima terça-feira, oito de setembro.
- O consultor Pável Jezek deverá fornecer, periodicamente, nas reuniões da Ceva, informações sobre o desenvolvimento do Plano de Ação das Salvaguardas.
- Foi solicitada reunião extraordinária com representantes das Secretarias que executam recursos do Programa REM, para esclarecimentos sobre a possibilidade de sobreposição de ações.
- Foi solicitado que a Seaprof apresentasse uma espacialização dos beneficiários do Programa REM.
- Indicativo de data para participação na missão de monitoramento do KfW: 21 de setembro.
- Indicativo de data para a próxima reunião: 29 de setembro. Pauta: Projetos Privados (IMC); Subprogramas do ISA Carbono (Dande Tavares – CDSA); Plano de Comunicação do SISA (IMC); Colheita de Resultados (Pável Jezek – WWF/IMC).

Participantes:

Magaly Medeiros (Diretora Presidente – IMC)
Marky Brito (Diretor Executivo de Florestas – Sema)
Joci Aguiar (GTA)
Érico Barboza (PGE)
Fernanda Fonseca (Embrapa)
Camila Oliveira (Asimmanejo)
Marlene Medeiros (Seaprof)
Stoney Pinto (IMC)
Pável Jezek (WWF/IMC)
Larissa Barbosa (IMC)